



O leitor está diante do terceiro volume da obra *Jurisdição Constitucional*, que apresenta, à semelhança das edições anteriores, votos de elevado impacto e profunda densidade teórica proferidos pelo Ministro Luiz Fux nos últimos anos no Supremo Tribunal Federal. Cada um dos votos proferidos é analisado com detalhes e rigor científico por magistrados, professores, pesquisadores e assessores no STF. Esta obra permitirá ao leitor não apenas conhecer o perfil decisório do Ministro Luiz Fux, como, também, descortinar o que há de mais contemporâneo e inovador no discurso teórico do direito brasileiro.

LUIZ FUX

**JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL III**
**República e
Direitos Fundamentais**

Comentaristas

Abhner Youssif Mota Arabi
Aldo José Barros Barata de Oliveira
Andréa da Fonseca Santos Torres Magalhães
Bruno Jacoby de Lamare
Carla Ramos Macedo do Nascimento
Marcus Lívio Gomes
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro
Mateus da Jornada Fortes
Pedro Felipe de Oliveira Santos
Rafaela Coutinho Canetti
Raquel de Andrade Vieira Alves
Thiago Lôbo Fleury
Valter Shuenquener de Araujo

Área específica da obra

Direito Constitucional

Áreas afins

Direito Administrativo; Direito Econômico; Direito Público; Direito Previdenciário; Direito Processual Civil

Público-alvo/consumidores da obra

Estudantes de Direito, Advogados, magistrados, membros do Ministério Público

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001623

F997j Fux, Luiz
Jurisdição Constitucional III: república e direitos fundamentais/
Luiz Fux. Coordenação Valter Shuenquener Araujo.– Belo Horizonte :
Fórum, 2019.

265 p.; 17,0cm x 24,0cm
ISBN: 978-85-450-0691-6

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direito
Econômico. I. Araujo, Valter Shuenquener de. I. Título.

CDD 341.27
CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz. *Jurisdição Constitucional III: república e direitos fundamentais*. Coordenação Valter Shuenquener de Araujo. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 265 p. ISBN 978-85-450-0691-6.

Luiz Fux (Autor)

Ministro do Supremo Tribunal Federal. Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado (UERJ). Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor convidado pelo *Cyrus R. Vance Center for International Justice* (EUA). Professor Conferencista no Brasil e no Exterior. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Valter Shuenquener de Araujo (Coordenador)

Doutor em Direito Público pela UERJ. Doutorado-Sanduiche pela *Ruprecht-Karls Universität* de Heidelberg (Alemanha). Professor Adjunto de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ (graduação e pós-graduação *stricto sensu*). Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para os biênios de 2015-2017 e 2018-2020. Juiz Federal. Ex-Juiz Instrutor e Auxiliar no STF e no TSE.

SUMÁRIO

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO ÁRBITRO DO DIÁLOGO	
LUIZ FUX..... 9	
1	Introdução 9
2	O panorama de constitucionalismo global e as Cortes..... 10
3	A experiência brasileira: o modo de agir do Supremo Tribunal Federal ante os incentivos da Constituição de 1988 14
3.1	Reações a incentivos normativo-estruturais..... 15
3.2	Reações a incentivos normativos específicos 16
3.3	Para que os incentivos não se tornem um convite à intervenção excessiva 18
4	Os riscos da supremacia judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade 18
5	Conclusão 21
	Referências..... 22
ACO Nº 1.044 – FEDERALISMO FISCAL EM DEBATE: DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E A COMPENSAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS	
ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI..... 25	
1	Contextualização do caso..... 25
2	Questão jurídica debatida 25
ADI Nº 2.663 – FEDERALISMO COOPERATIVO: VALORIZAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ESTADUAL COMO INSTRUMENTO DE PLURALISMO POLÍTICO E EXPERIMENTALISMO DEMOCRÁTICO	
ABHNER YOUSSEF MOTA ARABI..... 43	
1	Contextualização do caso..... 43
2	Questões jurídicas debatidas 43
RE Nº 835.558 – REPERCUSSÃO GERAL: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR CRIMES AMBIENTAIS TRANSNACIONAIS	
ALDO JOSÉ BARROS BARATA DE OLIVEIRA 59	
1	Contextualização do caso..... 59
2	<i>Quaestio iuris</i> debatida 59
RE Nº 597.854 – GRATUIDADE EM PÓS-GRADUAÇÕES PÚBLICAS: A COPARTICIPAÇÃO PRIVADA COMO INSTRUMENTO PARA A MÁXIMA EFETIVIDADE DO DIREITO SOCIAL	
ANDRÉA DA FONSECA SANTOS TORRES MAGALHÃES 77	
1	O viés consequencialista inerente à máxima efetividade 78
2	O anacronismo da dicotomia público-privado na repartição dos custos de direitos sociais..... 79
3	A relação dialógica que exsurge do não dito 80
RE Nº 966.177 – QO – QUESTÃO DE ORDEM NO JULGAMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL. SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DOS CRIMES PROCESSADOS NAS AÇÕES PENAIS SOBRESTADAS COM FUNDAMENTO NO ART. 1.035, §5º, DO CPC	
BRUNO JACOBY DE LAMARE 91	
I	Contextualização 91
II	Comentários às premissas adotadas no voto condutor do Ministro Luiz Fux 92
PET Nº 5.705 – CRIMES CONTRA A HONRA, NOVAS TECNOLOGIAS E FAKE NEWS: EDIÇÃO DE VÍDEO PARA ATRIBUIR TEOR RACISTA A DISCURSO PARLAMENTAR	
CARLA RAMOS MACEDO DO NASCIMENTO..... 107	
1	Introdução 107
2	PET nº 5.705 – Jean Wyllys vs. Éder Mauro..... 111
	Referências..... 119

RE Nº 705.423 – IMPACTOS DA POLÍTICA ISENTIVA DA UNIÃO NO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E O STF COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO	
MARCUS LÍVIO GOMES, RAQUEL DE ANDRADE VIEIRA ALVES..... 121	
I	O federalismo fiscal brasileiro e o papel da Suprema Corte..... 121
II	A controvérsia submetida à análise do STF por meio do julgamento do RE nº 705.423 e a importância da divergência fixada para o estudo do federalismo fiscal brasileiro..... 125
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 760.931: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO INADIMPLEMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS POR EMPRESAS TERCEIRIZADAS	
MÁRIO AUGUSTO FIGUEIREDO DE LACERDA GUERREIRO..... 147	
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 634.197/PR – O CONFISCO DE BENS MÓVEIS UTILIZADOS NA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS	
MATEUS DA JORNADA FORTES 153	
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 587.970: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS) AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES	
PEDRO FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS 173	
1	Introdução: a jurisprudência dos conflitos sociais complexos 173
2	A <i>quaestio iuris</i> do RE nº 587.970 e seus principais discursos..... 174
O ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: ENTRE A LAICIDADE E O LAICISMO	
RAFAELA COUTINHO CANETTI 185	
Colocação do tema 185	
DEFERÊNCIA JUDICIAL AOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS INERENTES À SEPARAÇÃO DOS PODERES: O CASO AMIANTO	
THIAGO LÔBO FLEURY 199	
1	Contextualização do caso..... 199
2	A necessidade de autocontenção judicial e de deferência aos arranjos institucionais 201
ADI Nº 4.874 – O (RAZOÁVEL) LIMITE DE ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS. O CASO ANVISA DE PROIBIÇÃO DE ADITIVOS NOS CIGARROS	
VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO..... 219	
PET Nº 4.656 – O PODER DO CNJ E DO CNMP DE AFASTAR UMA LEI INCONSTITUCIONAL. UMA EVOLUÇÃO NECESSÁRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF	
VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO..... 243	
SOBRE OS COMENTARISTAS 263	

